

Patrimônios bioculturais na hipermodernidade: a crise dos critérios de autenticidade

Alexandre Fernandes Corrêa †
Universidade Federal do Maranhão (Brasil)

Resumo: Neste artigo almeja-se analisar simultaneidades epistemológicas que estão ocorrendo no campo da gestão dos patrimônios bio-culturais na contemporaneidade. As mutações conceituais efetuadas nos domínios da genética e da cultura colocam em cena a crise profunda dos critérios da autenticidade. Essa crise sem precedentes acontece ao mesmo tempo em que se aprofunda a desorientação política e ética. Parece que chegou a hora de se estabelecer uma nova prospectiva patrimonial nesses domínios do conhecimento.

Palavras-chave: Patrimônio; Genética; Etnologia; Política; Ética; Cultura.

Abstract: In this article it is intended to analyse epistemological simultaneities which are happening in the field of management of the bio-cultural heritages in contemporary times. The conceptual mutations accomplished in the scopes of genetics and culture place in evidence the deep crisis of the authenticity criteria. That crisis without precedents happens the same time as it is examined thoroughly the political and ethics bewilderment. It seems that time has arrived to set up a new patrimonial prospective in those scopes of knowledge.

Keywords: Cultural heritage; Genetics; Ethnology; Politics; Ethics; Culture

† • Alexandre Fernandes Corrêa. Docente Adjunto em Antropologia do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA (PPGCS). Doutorado em Ciências Sociais: Antropologia PUC/São Paulo. E.mail: alex.f.c@ibest.com.br., alexcorrea@zipmail.com.br.

Ao introduzir o debate sobre as simultaneidades epistemológicas que estão ocorrendo em domínios do conhecimento antes tidos como estanques e incomunicáveis, faz-se necessário adiantar alguns dados preliminares.

O ponto de partida da análise aqui desenvolvida está basicamente estabelecido nas pesquisas realizadas em Antropologia sobre a preservação de acervos etnográficos e da cultura popular na sociedade contemporânea (Corrêa, 1993). Depois de pesquisar, há alguns anos, no campo específico da Antropologia do Patrimônio, iniciei leituras relacionadas à biotecnologia e aos patrimônios genéticos. Esse domínio do conhecimento tem sido objeto de atenção muito recorrente na mídia, quando aparecem os produtos mais espetaculares e sensacionais da biotecnologia.

Destarte, influenciado por essas leituras desinteressadas que começaram a chamar minha atenção, comecei a perceber que estavam ocorrendo algumas semelhanças entre fenômenos e eventos nesses dois domínios do conhecimento. Pensei então na possibilidade de trabalhar a hipótese de que estamos diante de mutações conceituais importantes no campo do conhecimento, reveladoras de um movimento mais profundo na ordem do saber (Corrêa, 2004). Creio que estamos testemunhando o nascimento de um novo campo: o da gestão dos patrimônios etnográficos e genéticos, pensados num mesmo plano antropológico. Mas será ainda cedo para tais elucubrações? Será que já podemos tirar algum proveito de tais aproximações, ou ainda é precipitado pensar em possíveis elos de comunicação?

No velho paradigma cartesiano esses dois domínios do saber são pensados de modo compartimentado, separados e fragmentariamente, isto é, não se considera a possibilidade da comunicação entre eles. Porém, a Etnologia – através do olhar distanciado – nos leva a duvidar dessa premissa metodológica.

Tendo me dedicado ao estudo de recentes pesquisas sobre as transformações conceituais no domínio etnográfico, passei a dedicar cada vez mais atenção para os acontecimentos no domínio da genética. Mas é preciso que se diga que, consideran-

do o fato de não ser biólogo ou ecólogo, meu entendimento na matéria genética não é de especialista treinado. Todavia, vai muito mais além do que surge na mídia sensacionalista que se acompanha comumente nos jornais diários¹.

Diante dessas considerações, fica melhor explicitado que esta pesquisa atua no nível da transdisciplinaridade e pretende investigar possíveis simultaneidades epistemológicas². Na verdade, nesse ponto não trago novidade alguma.

O etnólogo francês Marcel Mauss no seu *Ensaio sobre a Dádiva*, de 1925, escrevia: “Após terem forçosamente dividido e abstraído um pouco excessivamente, é preciso que os sociólogos se esforcem para recompor o todo. Encontrarão assim dados fecundos” (1974, p. 181)³. Creio que esse caminho sugerido não pode ser desprezado. Seguindo essa trilha, cito também um seguidor fiel dessa tradição teórica e que aprofunda a reflexão sobre a aproximação entre as ciências: refiro-me a Claude Lévi-Strauss. E é com esse autor que pretendo balizar o debate, colocando em foco o problema, hoje tão negligenciado, dos critérios da autenticidade de nos dois domínios do conhecimento apontados acima.

Crise dos Critérios da Autenticidade

Claude Lévi-Strauss no seu livro *Antropologia Estrutural I* coloca em destaque o que designou as *Missões Próprias da Antropologia*⁴. Nesse texto, intitulado *O lugar da antropologia nas ciências sociais e problemas colocados por seu ensino* (Unesco-1954), Lévi-Strauss estabelece que a tarefa do antropólogo é “reconhecer e isolar *níveis de autenticidade*” (1975, p. 408-9). Diante dessa missão categórica, definida há décadas, e cada vez mais conscientes de que é praticamente impossível viver em sociedade sem algum *regime de autenticidade*, se entende então que sempre haverá a necessidade do saber etnológico. E como escreveu Maurice Merleau-Ponty:

A Etnologia não é uma especialidade definida por um objeto particular – etnia, sociedades primitivas, etc. – é a maneira de pensar que se impõe quando o objeto é “outro” e que exige nossa própria transformação (1984, p. 199).

Desde já é necessário enfatizar que no presente texto estamos tratando do problema da *crise dos critérios* e não de uma suposta *crise da autenticidade*. Pois esta última é uma característica própria da modernidade, enquanto que na tradição não há crise de tal ordem⁵. É, como veremos mais a frente no texto, na hipermodernidade que surge algo específico, que designo como a *crise dos critérios da autenticidade*.

Aprofundando a reflexão sobre a dialógica da modernidade e da tradição, Hannah Arendt, na sua obra *Entre o passado e o futuro*, observa que há uma acelerada e crescente diluição do tradicional⁶. Tomando como base central as reflexões dessa filósofa, podemos dizer que após a civilização ocidental passar pela *quebra* entre o passado e o futuro, chegamos no momento em que nos dirigimos para uma nova crise: a dos próprios critérios de aferição da autenticidade da herança cultural.

Em minhas pesquisas na área da preservação da cultura, especialmente com os acervos e bens de natureza etnográfica e folclórica, percebi que está havendo atualmente uma espécie de crise profunda dos critérios da autenticidade. Na década de 60 do século XX, Claude Lévi-Strauss sugeriu que o trabalho do antropólogo estava ligado à construção de quadros de referência para aferição da autenticidade (Lévi-Strauss, 1975). Hoje parece que nosso trabalho é muito mais complexo. Uma crise sem precedentes alastra-se, contaminando diversos setores da sociedade contemporânea. A questão central parece ser como sair dessa *crise dos critérios da autenticidade*, tanto no domínio etnográfico e cultural, como no próprio domínio genético.

Considerando a possibilidade de estar apresentando um pensamento ainda obscuro, talvez fique mais objetiva a nossa argumentação se atingirmos logo o campo empírico, refletindo sobre exemplos concretos.

Quando me refiro à contaminação geral pela crise dos critérios de autenticidade nos diversos setores da sociedade atual, estou considerando diversos casos polêmicos que assistimos cotidianamente na mídia. Lembro da mais recente celeuma sobre os alimentos transgênicos, principalmente o caso da soja. Outras polêmicas importantes se relacionam à clonagem, ao DGPI⁷ e à pes-

quisa com células-tronco e embriões humanos congelados⁸. Esses problemas estão no centro do conflito em torno da biossegurança, envolvendo a sociedade civil organizada, o Congresso Nacional e diversas outras instituições como a Justiça (Procuradoria Geral) e o Ministério da Saúde (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança); além das empresas de bio-tecnologia, etc.⁹

Não é demais fazer referência também à questão da pirataria na informática e na Internet. A indústria fonográfica vive uma crise sem precedentes por conta dos direitos autorais desrespeitados pelos indivíduos que fazem gravações (downloads) piratas de músicas e canções, além da pirataria de programas e outros diversos softwares. Em função disso é interessante também perceber esse movimento mutante na cultura *hip-hop*, quando os *rappers* fazem citações e réplicas caleidoscópicas de velhas canções e hits, formando um imenso amálgama musical e cultural internacional-popular (Ortiz, 1994).

Uma outra questão interessante envolve a autenticação da paternidade através do teste genético, exigido atualmente por intermédio da justiça. É uma certificação que garante para os indivíduos a herança paterna biológica. Nesse reconhecimento do pai – que a genética garante no exame dos cromossomos do indivíduo e dos seus familiares – manifesta-se a metáfora fundamental, principalmente para nós que trabalhamos com o conceito de patrimônio: em especial entre os que usam idiomas da língua latina. A metáfora paterna está inscrita na própria noção de patrimônio: em nome-do-pai como herança simbólica (Porge, 1998).

Mas é a vertigem da simulação que nos aflige. A partir dos exemplos referidos, podemos apontar constantes e regularidades no quadro da lógica cultural dominante. Nossa sociedade vive o sintoma da proliferação das cópias, das réplicas e das simulações. A todo o momento exige-se algum atestado de autenticidade: de algum modo temos que provar que somos quem nós declaramos ser¹⁰. São documentos e cadastros de todo tipo que se somam a números de código, senha etc. Tudo em nome da segurança patrimonial. Diante desse cenário, será que não estamos presenciando uma crise da autenticidade dos operadores, ou

regimes de autenticação, num plano que não tem precedentes na história?

Talvez o problema possa ser considerado de outro modo: da mesma maneira que no domínio da cultura, a questão da crise dos critérios da autenticidade está no centro dos debates no domínio da genética e da natureza. O problema ligado à autenticidade – em relação ao que é ou não autêntico ou ao que é ou não patrimônio cultural e natural – está no centro da arena política e ética contemporânea, tanto entre os que pesquisam patrimônios etnográficos, folclore e cultura popular, como entre os biólogos, ambientalistas, ecólogos e geneticistas (Latour, 2004).

O antropólogo como caçador de réplicas

Considerando os princípios delineados para a antropologia, sugeridos por Claude Lévi-Strauss na década de 60 do século XX, será que podemos afirmar hoje que o antropólogo está se tornando um tipo de “caçador de replicantes”? Será impertinente fazer aqui uma analogia provocativa com a narrativa ficcional do filme de Ridley Scott *Blade Runner*¹¹?

O antropólogo tem sido considerado o profissional que tem o poder de oferecer certificados da autenticidade aos bens culturais e etnológicos: é ele quem certifica se um bem é etnográfico ou não. Vejamos uns exemplos: é o antropólogo quem dá o certificado, ou laudo, autenticando se uma área ou comunidade rural é remanescente de quilombo ou não; se uma aldeia ou comunidade é indígena ou não; se um bumba-boi, ou outra manifestação cultural, é ou não autêntica.

Destarte, retornando aos argumentos apresentados no início deste artigo, podemos traçar um paralelismo epistemológico que parece ainda manter-se latente na consciência científica contemporânea. As simultaneidades, ou homologias, nos dois domínios são evidentes em diversos outros exemplos: levando em conta a gestão da natureza e da genética, de um lado; e a gestão da cultura, de outro. Ou seja, ocorrem fenômenos semelhantes em domínios tidos anteriormente como estanques e in comunicáveis. Sendo assim, podemos dizer com segurança: Marcel Mauss tinha razão, precisamos pensar na recomposição da tota-

lidade! Novas maneiras de pensar *isso* surgem nesse contexto e tem se destacado cada vez mais a proposta de pensarmos num domínio integrado dos patrimônios bioculturais (Corrêa, 2003).

No entanto, o paradigma fragmentador ainda predominante tem beneficiado a visão mercadológica tecnocrática e utilitarista. Visão que só reconhece o bem cultural ou natural como recurso a ser explorado economicamente. Temos exemplos na indústria do turismo e no discurso do desenvolvimento auto-sustentável, alardeando muitas promessas de empregos e progresso para as comunidades nativas subdesenvolvidas.

Os usos da cultura e da natureza como mercadoria estão implícitos aí. Contudo, o mais grave é que a emergência de um novo paradigma pode ser sufocada pela hegemonia da visão fragmentadora e neo-liberal. São ameaças que não são frutos de mente imaginosa, pois não estão longe da realidade dos nossos dias¹². Nessa lógica poderosa, os bens naturais e culturais passam a ser pensados não mais como patrimônios e sim como recursos passíveis de serem explorados economicamente.

Num novo paradigma, que Mauss e Lévi-Strauss nos convidam a trabalhar, enfrenta-se o dilema dos critérios da autenticidade e das autenticações como um problema de política civilizatória. Deste novo modo de pensar desvela-se a potencialidade de um novo gerenciamento político do teatro das memórias sociais e naturais, como propôs também Henri-Pierre Jeudy (1990). Tais percursos fundam uma nova forma de resistência das subjetividades marginais e de fronteira contra essa lógica cultural burguesa avassaladora¹³.

Além do mais, não podemos esquecer, o paradigma fragmentador se sustenta no relativismo cultural também dominante. Esse relativismo contamina o imaginário contemporâneo fragmentando os investimentos coletivos nas potências da natureza e da cultura. Portanto, o novo paradigma re-integrador da natureza e da cultura recoloca o problema da totalidade, abandonado ultimamente pelo pensamento tecnocrata e utilitarista. É preciso atingir um meta-ponto-de-vista sobre o conceito de totalidade – o que parece ser a exigência ética urgente de nossa época¹⁴.

O certo é que estamos testemunhando o surgimento de uma nova engenharia da vida, chamada biotecnologia, que coloca em risco e transforma a lógica da transmissão da herança e da filiação através da vida sexual. Emerge desse contexto o problema das clonagens – a possibilidade da reprodução assexuada, que a engenharia genética oferece como futuro produto comercial.

Na área da cultura vemos se desenvolver uma demanda semelhante, isto é, um investimento numa nova engenharia da cultura. Do mesmo modo que surge uma nova engenharia da vida (a biotecnologia e o bio-poder) também se desenvolve uma nova engenharia da cultura, transformando nossa relação com a memória e o patrimônio.

Como um dos índices da demanda por novos ajustes na engenharia cultural, destaco aqui o chamado registro do patrimônio imaterial ou intangível. Trata-se da constituição dos novos Livros dos Saberes e dos Lugares (Decreto Lei 3551/2001), nos quais deverão ser registradas as diversas manifestações culturais e artísticas brasileiras. Criaram-se novos certificados de autenticidade, uma nova burocracia institucional que não vai além do sintoma da inscrição própria de nossa civilização¹⁵: inscrever, etiquetar e registrar manifestações culturais certificadas como autênticas nos Livros dos Saberes e dos Lugares do Ministério da Cultura. Registro esse que não tomba e preservação que não promove a integralidade material e imaterial do bem. É o que se destaca dessa iniciativa recente do IPHAN, reforçando o alerta sobre o risco da possível desregulamentação dos tombamentos “materiais” do País nos Centros Históricos.

Outro ponto a se considerar está igualmente ligado ao tema central em tela. Trata-se dos problemas relacionados às patentes e a propriedade intelectual: há também aí o problema dos critérios da autenticidade, da autenticação e do monopólio de idéias; assim como de patenteamento de marcas, de invenções e criações etc. Algo que é contraditório com a própria lógica capitalista liberal clássica, na qual não deveria haver, em tese, monopólio algum: todo conhecimento seria livre como recurso a ser explorado. Esse monopólio se legitima ideo-

logicamente, porque se acredita que é preciso recompensar o investimento em pesquisa que foi feito por um laboratório ou um indivíduo. Adquire-se um certificado de monopólio por um certo tempo e se explora a idéia que depois de algum tempo cai no domínio público¹⁶. Ora, isso contradiz os fundamentos do liberalismo clássico¹⁷ e, além do mais, confronta com a nova realidade dos direitos difusos em nossa sociedade, a partir da Constituição Federal de 1988. Esses direitos difusos, como o ambiental e cultural, invocam patrimônios coletivos de todos os cidadãos e não direitos restritos à propriedade individual ou ao Estado. Surgem os novos patrimônios não-privados e não-públicos: por exemplo, a água potável, o ar respirável, a saúde coletiva etc.

Nesse ponto, é oportuno apresentar o conceito de hipermodernidade que está no título deste texto. Por que hipermodernidade num momento que se fala tanto de pós-modernidade? Ao contrário dos que pensam que estamos saindo da modernidade, ou que nós já estamos na pós-modernidade, o que assistimos hoje é diagnosticado claramente por Gilles Lipovetsky. Este autor, resumindo aqui seu pensamento de um modo sumário, entende que o período que estamos vivendo se caracteriza pela intensificação sem precedentes do tripé característico da modernidade: mercado, indivíduo e escalada técnico-científica. No que concerne ao tema debatido neste texto, estas colocações balizam muito bem os processos que estão ocorrendo em domínios tidos comumente como isolados. O incremento das forças mercadológicas, a crescente difusão da ideologia individualista e o acelerado avanço da tecno-ciência e da biotecnologia, comprovam as teses de Gilles Lipovetsky (2004).

Testemunhamos assim no auge da hipermodernidade, o surgimento do novo teatro das memórias bio-culturais. A lógica cultural capitalista penetrou em todos os domínios, do inconsciente à produção da vida: parece que agora chegou a hora dos bens culturais correrem esses mesmos riscos com a nova engenharia cultural que se anuncia.

Simulacros etnográficos

Os paralelismos aqui traçados demonstram as simultaneidades epistemológicas enfatizadas acima. Claro que esse assunto mereceria muito mais páginas de reflexão. Estas poucas linhas, no entanto, servem como uma interlocução de pesquisa, em busca de novas trilhas através do diálogo com outras áreas do conhecimento.

Todavia, talvez eu deva servir-me de um último exemplo, agora retirado do contexto mais propriamente etnológico, para que possamos atingir, enfim, algum nível de pertinência mais específica na ordem disciplinar. Ao focar um caso etnográfico, gostaria de recorrer a uma anedota que Pierre Clastres conta após uma “excursão” etnográfica pela América do Sul. Nos relatos publicados em *Les Temps Modernes* na década de 70 do século XX, o antropólogo francês, já falecido, narra um fato curioso que serve para ilustrar nossa reflexão. Nessa ocasião ele estava com alguns turistas atravessando a região do Paraguai onde ainda residiam remanescentes de grupos indígenas guaranis. O casal que os acompanhava, o Sr. e a Sra. Brown, desejavam fotos de “autênticos” índios sul-americanos e tudo fariam por isso. Foi assim que, face a face com um indivíduo em farrapos quase moribundo encontrado numa “aldeia”, aconteceu o seguinte diálogo:

- *Retrato!* Os olhos do índio sobem dos pés aos joelhos do Sr. Brown.
 - *Um peso.* Bom. Pelo menos ele sabe o que é dinheiro. Era de se esperar. Enfim, não é caro!
 - *Sim, mas é preciso tirar tudo isso! Retrato, mas não com isso!* O Sr. Brown imita o ato de tirar as calças e faz um sinal para que desabotoe a camisa. Despe o selvagem e livra-o de seus trapos sujos.
 - *Eu tirar roupa, cinco pesos.*
 - *Meu Deus, como é possível alguém ser interessado a este ponto! Ele está exagerando, por uma ou duas fotos.* A Sra. Brown impacienta-se.
 - *E então? Vai ou não vai tirar este retrato?* Pergunta impaciente a Sra. Brown.
 - *Mas você está vendo que a cada hora ele inventa uma coisa?*
 - *Mude de índio.*
 - *Será a mesma coisa com os outros.*
- O homem continua sentado, indiferente e fuma tranquilamente.
- *Está bem. Cinco pesos.*

Ele desaparece por alguns instantes no interior da cabana e sai inteiramente nu, atlético, calmo e livre em seu corpo. (...) Clic-Clac!

- *E as penas? Não tem penas?*

Com grandes gestos, veste o índio com ornamentos, cobre sua cabeça com enfeites e dota-o de grandes asas.

- *Você tirar retrato meu com penas, quinze pesos.* (...) (Clastres, 1982, p. 48-9).

Essa narração se desenrola com muito mais nuances. O Sr. e a Sra. Brown ainda desejam comprar objetos de barro, enfeites e chegam a pagar mil pesos pelo arco e flecha do “índio”. Mas, afinal, que tipo de situação é essa vivida pelos turistas, pelo pesquisador e pelo remanescente indígena? Nesse teatro do *absurdo* etnológico encenam-se personagens modernos que vivem o dilema da alteridade social e cultural de modo dramático.

Limites: o labirinto da política e da ética

Destarte, diante dessas considerações e reflexões um pouco ligeiras, gostaria de realçar que o problema de fundo, subjacente a esses exemplos aqui comentados, reside nos fundamentos da política e da ética. Especialmente no que tange ao debate jurídico sobre o acesso e uso do genoma humano (Limites, 2000), além dos problemas relacionados ao que se convencionou designar como os usos dos *conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético* (Ursini, 2004). Porém, problemas como os sublinhados aqui surgem desafortunadamente numa época em que os fundamentos políticos e éticos estão à deriva, isto é, ao mesmo tempo em que testemunhamos estes novos investimentos coletivos, assistimos a uma deriva da política e da ética na ordem simbólica dominante. Em suma, o que se argumenta é que a denominada crise dos critérios da autenticidade é, na verdade, uma crise da política e da ética na contemporaneidade. Nossa responsabilidade social mais premente é encontrar a saída dessa encruzilhada, que talvez passe pela refundação de uma visão científica sobre esses novos problemas.

Nas minhas pesquisas sobre as metamorfoses e mutações conceituais que estão ocorrendo nesses domínios diferentes do conhecimento, observamos que esse processo toca o problema de fundo crucial relacio-

nado ao futuro da própria natureza humana (Habermas, 2004)¹⁸. As encruzilhadas deste labirinto¹⁹ mal começaram a se desenhar no horizonte antropológico. Não parece cedo ou precipitado adiantar algumas reflexões sobre o tema. Talvez nossa responsabilidade social maior seja recompor um novo quadro de referências para que possamos tomar decisões urgentes e decisivas em domínios tão importantes como o da gestão da vida, da cultura e da natureza.

Referências

- Ceres Vïctora, Rubem Oliven, Maria Eunice Maciel e Ari Pero Oro (Orgs.)
2004. *Antropologia e ética. O debate atual no Brasil/– Niterói*: Ed.UFF.
- Arendt, Hannah.
1997. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.
- Canclini, Nestor G.
2003. *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP.
- Castoriadis, Cornelius.
1987. *As encruzilhadas do labirinto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Clastres, Pierre.
1982. *Arqueologia da violência*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Clifford, James.
1998. *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Corrêa, Alexandre F.
1993. *Festim Barroco: significado cultural da festa de N. S. dos Prazeres de Jaboaão dos Guararapes em Pernambuco*. Mestrado Antropologia Cultural. CFCH/UFPE. Recife.
2003. *Vilas, parques, bairros e terreiros*. São Luís: EDUFMA.
2004. Projeto de Pós-Doutorado: *Patrimônio etnográfico: metamorfoses de um conceito em mutação*. IFCS/UFRJ.
- Dumont, Luis.
1993. *O individualismo*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco.
- Gómez García, Pedro.
1998. *Las ilusiones de la “identidad”: la etnia como pseudoconcepto*. *Gazeta de Antropología*, N. 14. Granada.
- Gruzinski, Serge.
1995. *La guerra de las imágenes: de cristóbal Colón a “Blade Runner”* (1492-2019). México: FCE.
- Habermas, J.
2004. *O futuro da natureza humana*. São Paulo: Ed. Martins Fontes.
- Jeudy, Henri-Pierre.
1990. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária.
- Latour, Bruno.
2004. *Políticas da natureza*. Bauru: Ed USC.
- Lévi-strauss, Claude.
S/D. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Edusp.
1975. *Antropologia Estrutural I*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro.
1986. *O olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70.
- Fernanda Carneiro (Org.)
2000. *Limites: a ética e o debate jurídico sobre o acesso e uso do genoma humano*. Rio de Janeiro.
- Lipovetsky, Gilles.
2004. *Les temps hypermoderne*. Paris: Ed. Grasset.
- Maggie, Yvonne.
2001. *Fetichismo, feitiço, magia e religião*. *Fazendo Antropologia no Brasil / Neide Esterci, Petyer Fry e Miriam Goldenberg (Orgs.)*. – Rio de Janeiro: DP&A.
- Merleau-ponty, Maurice.
2001. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- Montello, Josué.
1983. *Pedra Viva*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Morin, Edgar.
2001. *Religação dos saberes*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Ortiz, Renato.
1994. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Porge, Erik.
1998. *Os nomes do pai em Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Rabinow, Paul.
1999. *Antropologia da razão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Rodrigues, José Carlos.
1991. *Ensaio de antropologia do poder*. Rio de Janeiro: Terra Nova.
- Schwarcz, Lilia M.
1995. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Ed. Campanha das Letras.
- Ursini, Leslye B.
2004. *Territórios dos conhecimentos tradi-*

cionais associados ao patrimônio genético. Texto apresentado no FP 01 ABA Recife.

Wallerstein, Immanuel.

2002. *O fim do mundo como o concebemos*. Rio de Janeiro: Revan.

NOTAS

¹ Ultimamente tenho recolhido textos publicados em algumas revistas especializadas no tema. Particular atenção aos artigos de divulgação científica (*JCiência SBPC*) do colunista Marcelo Leite da *Folha de São Paulo* (Caderno *Mais!*). Ver especialmente as colunas: *Falsos transgênicos e genes secretos* (14/03/2004) e *Determinismo genômico sai pela culatra* (21/11/2004).

² Em muitos aspectos esta perspectiva se aproxima da epistemologia da complexidade, principalmente os recentes trabalhos de Edgar Morin (2001).

³ Dumont destaca de Mauss: “Depois que se recorreu mais ou menos arbitrariamente, é preciso voltar a costurar”. Observe-se que essas palavras simples oferecem a mesma coisa a que alguns chamam hoje, pretensiosamente, a função social de tal elemento. Mauss é até mais rigoroso, porquanto não recorre, absolutamente, às categorias utilizadas para a subdivisão” (Dumont, 1993, p. 193).

⁴ Missões Próprias da Antropologia: Objetividade, Totalidade, Significação e o Critério da Autenticidade (Strauss, 1975, p. 404-10)

⁵ Sintetizando esse raciocínio: “Só há originalidade verdadeira quando estamos dentro de uma tradição; tudo o que não é tradição é plágio” (Eugênio D’Ors *apud* Josué Montello, 1983, p. 8).

⁶ Hannah Arendt, no Prefácio da obra referida, cita René Char: Nossa herança nos foi deixada sem nenhum testamento” (1997, p. 28).

⁷ Diagnóstico Genético de Pré-Implantação.

⁸ Domínio em que proliferam as questões éticas, sobretudo nas áreas da criação de órgãos e da medicina reprodutiva, que tanto podem ser invocadas em nome da aplicação de “terapias genéticas”, como podem levar a *shopping in the genetic supermarket* [compras no supermercado genético] (Habermas, 2004, p. 104).

⁹ Sobre este aspecto, Gustavo Lins Ribeiro, ainda como presidente da ABA, escreveu na publicação *Antropologia e Ética* (2004): “o debate atual no

Brasil traz à baila problemas fundamentais para nossa disciplina, pois abrangem desde as relações entre os pesquisadores e os sujeitos da pesquisa, aos impactos do trabalho antropológico na vida das populações, passando por diversas questões epistemológicas. Estão em xeque, também, e na prática, as fronteiras da antropologia com outras disciplinas como as ciências da saúde e as jurídicas, tanto quanto com os autores profissionais e sociopolíticos vinculados a estes campos. E aqui é impossível não mencionar os problemas criados pelas normatizações do Ministério da Saúde, em especial as veiculadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)” (*Antropologia e Ética*. 2004, p.11).

¹⁰ O que de maneira alguma tem evitado o risco das falsificações, principalmente no setor financeiro e comercial.

¹¹ *BLADE Runner*. Direção: Ridley Scott. Produção: Michael Deeley. Los Angeles: Warner Brothers, c. 1991. Produzido Warner Video Home. No referido filme, numa das versões, o protagonista vive o dilema de sua própria humanidade. Ver também texto de Serge Gruzinski (1995): *La guerra de las imágenes: de cristóbal Colón a “Blade Runner”* (1492-2019).

¹² O ministro da cultura Francisco Weffort, do presidente FHC, em entrevista às principais revistas de circulação nacional, no ano 2000, defendia a visão da cultura como produto para o mercado. A partir daí o advogado paulista Carvalhosa declarou em outra entrevista recente: “estamos correndo o sério risco da desregulamentação dos tombamentos realizados pelo IPHAN nos últimos setenta anos”.

¹³ Para um aprofundamento crítico a visão utilitarista e tecnocrática, ver a resenha de Gláucia Buratto neste volume: *A dívida entre os modernos*. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Livro de Paulo Henrique Martins.

¹⁴ Ver a publicação *Antropologia e Ética* (2004) da Associação Brasileira de Antropologia ABA, já referida anteriormente.

¹⁵ A análise da chamada “civilização da inscrição” parece ser uma pista frutífera. Nessa trilha o foco recai sobre o “desejo de inscrição” próprio de nossa sociedade. Lilia Schwarcz pontua bem esse aspecto quando cita Jacques Le Goff: *Os museus contemporâneos estão ligados ao progresso da memória escrita e figurada da Renascença e à lógica de uma nova “civilização da inscrição”*. *O século XIX via nascer uma nova sedução da memória, uma explosão do espírito comemorativo* (Le Goff *apud* Schwarcz:1995, p. 67-8).

¹⁶ Ver o caso recente do patenteamento do *cupuaçu* pelos japoneses.

¹⁷ “Estados podem decretar ou proibir monopólios, ou criar cotas. Os métodos mais utilizados são proibições de importação/exportação e, o que até é mais importante, patentes. Rebatizando tais monopólios de “propriedade intelectual”, a esperança é de que ninguém perceba o quanto essa noção é incompatível com o conceito de mercado livre, ou quem sabe não vamos ver o quanto o conceito de propriedade é incompatível com o de mercado livre” (Wallerstein, 2002, p. 98).

¹⁸ Especialmente o texto: *A caminho de uma eugenia liberal? A discussão em torno da autoconcepção ética da espécie* (Habermas, 2004).

¹⁹ Expressão que se aplica no sentido dado por Castoriadis na série de textos *As Encruzilhadas do Labirinto* (1987).

Recibido: 08 de septiembre de 2006
Reenviado: 12 de febrero de 2007
Aceptado: 13 de marzo de 2007
Sometido a evaluación por pares anónimos